

**CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTOS**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias as demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 acompanhado do relatório dos auditores independentes.

A administração da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acrescidas de notas explicativas, Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre tais demonstrações contábeis.

A instituição

Com mais de 50 anos de solidez e segurança no mercado financeiro, a Crefisa S.A. que tem como um dos seus principais valores, a excelência no atendimento, acredita que nada é mais importante que viabilizar o resgate do crédito para muitos brasileiros que nela acreditam ou, ainda, que tenham na Crefisa a única possibilidade para a solução dos problemas.

Nosso foco é o cliente! Zelar pelo cuidado e atendimento ao cliente é fundamental no dia a dia de nossas soluções financeiras disponibilizadas para os mais diversos públicos de forma prática e cada vez mais moderna, em todo território nacional com mais de 1.000 pontos de atendimento espalhados por todo o Brasil.

Principais destaques

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Crefisa obteve um lucro líquido de R\$ 245.599 mil (R\$ 262.373 mil em 2020), com uma rentabilidade de 4% (4% em 2020) sobre o patrimônio líquido final de R\$5.904.864 mil em 2021. Os ativos totalizaram R\$ 6.173.317 (R\$ 6.018.908 mil em 2020).

A receita bruta atingiu R\$2.253.958 mil (R\$2.642.174 mil em 2020).

Governança Corporativa e Controles internos

A Crefisa se utiliza de boas práticas de Governança e por isso, investe fortemente e de forma contínua na excelência da gestão, buscando tornar o ambiente organizacional e institucional mais sólido, justo, responsável e transparente.

Como parte desse processo, faz a manutenção dos controles internos, mediante a análise, revisão e aderência dos processos, bem como análise e monitoramento constante de riscos, mantendo uma estrutura que reforça e garante que os riscos assumidos pelas áreas sejam coerentes com os riscos definidos e assumidos pela Empresa.

Além disso, a Crefisa conta com uma Diretoria experiente e profissionalizada, Comitês estatutários e não estatutários de apoio à Diretoria, como por exemplo, Comitê de Remuneração e Comitê de Auditoria, além de processos de *Compliance* e Controles Internos, Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), dentre outros recursos.

Relatório Resumo do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário, disciplinado pela Resolução nº 3.198/04, Estatuto Social da Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos e pelo seu regimento interno, tendo como atribuição revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis, avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias Interna e independente, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes. As análises e julgamentos do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos auditores independentes, dos auditores internos, do responsável pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e, ainda, nas suas próprias análises e observações obtidas ao longo das reuniões que mantém com todos os envolvidos.

A BDO RCS Auditores Independentes é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

O Comitê reuniu-se ordinariamente com representantes das diversas áreas da organização e com as auditorias independente e interna. Nessas reuniões foram abordados diversos assuntos em cumprimento às suas atribuições, em especial, assuntos relacionados à Contabilidade, sistema de controles internos e auditorias.

O Comitê inteirou-se dos principais processos dentro da organização que compõem o seu sistema de controles internos e registra como positivos os esforços que vêm sendo empreendidos visando melhorar a sua efetividade. O Comitê analisou os procedimentos empregados no processo de preparação dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas, debateu com a BDO e com a contabilidade as práticas relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

O Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 12, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, a Instituição realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota Explicativa	2021	2020		Nota Explicativa	2021	2020
Circulante		5.728.754	5.698.925	Circulante		208.724	170.325
Caixa e equivalentes de caixa	4	145.827	710.262	Outras obrigações		208.724	170.325
Disponibilidades		57.832	71.946	Cobrança, Arrecadação de Tributos e Assemelhados		719	117
Aplicações interfinanceiras de liquidez		87.995	638.316	Fiscais e Previdenciárias	8	88.421	104.849
Instrumentos financeiros		5.127.834	4.728.801	Diversas	9	119.584	65.359
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.1	2.256.839	1.736.876	Não Circulante		59.729	189.913
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	1.794.741	1.938.652	Diversas	10	59.729	53.352
Livres		1.726.940	1.867.714	Sociais e Estatutárias		-	136.561
Vinculados a Prestação de Garantias		67.801	70.938	Patrimônio Líquido		5.904.864	5.658.670
Carteira de crédito	5.2 a	1.076.254	1.053.273	Capital Social - Domiciliados no País	11.1	5.400.000	5.100.000
Operações de crédito		1.556.218	1.306.540	Reservas de Lucros	11.2	504.864	558.670
Outros créditos com característica de Concessão		16.318	155.502				
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito		(496.282)	(408.769)				
Outros Créditos		454.924	259.204				
Diversos	6	454.924	259.204				
Outros Valores e Bens		169	658				
Não Circulante		444.563	319.983				
Instrumentos financeiros		61.439	-				
Carteira de crédito	5.2 a	61.439	-				
Operações de crédito		7.666	157.649				
Outros créditos com característica de Concessão		103.204	-				
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	5.4	(49.431)	(157.649)				
Outros Créditos		285.763	288.113				
Créditos Tributários	17	242.177	247.908				
Diversos	6	43.586	40.205				
Imobilizado de Uso	7.1	19.331	22.810				
Outras Imobilizações de Uso		67.729	65.520				
(-) Depreciações Acumuladas		(48.398)	(42.710)				
Intangível	7.3	78.030	9.060				
Ativos Intangíveis		78.169	350				
Outros Ativos Intangíveis		43.706	43.709				
(-) Amortização Acumulada - Ativos Intangíveis		(43.845)	(34.999)				
Total do Ativo		6.173.317	6.018.908	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		6.173.317	6.018.908

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

Nota Explicativa	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira	1.058.402	1.988.833	2.248.909
Operações de crédito	925.576	1.803.178	2.143.837
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	132.826	185.655	105.072
Despesas da intermediação financeira	(360.389)	(623.655)	(782.381)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.4 (360.389)	(623.655)	(782.381)
Resultado bruto da intermediação financeira	698.013	1.365.178	1.466.528
Outras receitas (despesas) operacionais	(544.908)	(1.037.310)	(1.012.029)
Receitas de prestação de serviços	17.869	34.001	37.535
Despesas de pessoal	(13.378)	(26.503)	(28.388)
Outras despesas administrativas	13 (586.379)	(1.125.113)	(1.190.634)
Despesas tributárias	14 (53.988)	(101.471)	(117.153)
Outras receitas operacionais	15 113.047	224.816	355.568
Outras despesas operacionais	16 (22.079)	(43.040)	(68.957)
Resultado operacional	153.105	327.868	454.499
Resultado não operacional	2.982	5.238	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	156.087	333.106	454.499
Imposto de renda e contribuição social corrente	(59.873)	(80.555)	(100.884)
Provisão para imposto de renda	(33.663)	(46.390)	(62.011)
Provisão para contribuição social	(26.210)	(34.165)	(38.873)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.099	(5.731)	(90.006)
Imposto de renda pessoa jurídica	24.437	(3.582)	(56.254)
Contribuição social sobre lucro líquido	14.662	(2.149)	(33.752)
Participações sobre o lucro	(261)	(1.221)	(1.236)
Empregados	(261)	(1.221)	(1.236)
Lucro líquido do semestre/exercício	135.052	245.599	262.373
Quantidade de ações	5.400.000.000	5.400.000.000	5.100.000.000
Lucro líquido por ação (em reais)	R\$ 0,03	R\$ 0,05	R\$ 0,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
Lucro líquido do semestre/exercício	135.052	245.599	262.373
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	135.052	245.599	262.373

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Reservas de lucros			Lucros		Total
		Capital Realizado	Legal	Estatutárias	Reserva especial de lucros	Acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2020		4.429.761	99.716	1.096.443	-	-	5.625.920
Aumento de Capital - AGO/E de 30/03/2020 homologado pelo Bacen em 22/04/2020	11.1	568.613	-	(568.613)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	11.3	-	-	-	-	262.373	262.373
Destinação -							
Constituição de Reserva Legal	11.2	-	13.118	-	-	(13.118)	-
Reserva Estatutária	11.3	-	-	249.255	-	(249.255)	-
Dividendos	11.4	-	-	(54.834)	-	-	(54.834)
Juros sobre o Capital pagos antecipadamente	11.4	101.626	-	(276.415)	-	-	(174.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.100.000	112.834	445.836	-	-	5.658.670
Mutações do Exercício		670.239	13.118	(650.607)	-	-	32.750
Saldos em 1º de janeiro de 2021		5.100.000	112.834	445.836	-	-	5.658.670
Aumento de Capital - AGO/E de 30/04/2021 homologado pelo Bacen em 13/05/2020	11.1	300.000	-	(163.439)	-	-	136.561
Lucro Líquido do Exercício	11.3	-	-	-	-	245.599	245.599
Destinação -							
Constituição de Reserva Legal	11.2	-	12.280	-	-	(12.280)	-
Reserva Estatutária	11.3	-	-	233.319	-	(233.319)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	(95.200)	95.200	-	-
Dividendos	11.4	-	-	(119.166)	-	-	(119.166)
Juros sobre o Capital utilizado para aumento de Capital	11.4	-	-	(16.800)	-	-	(16.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.400.000	125.114	284.550	95.200	-	5.904.864
Mutações do Exercício		300.000	12.280	(161.286)	95.200	-	246.194
Saldos em 1º de julho de 2021		5.400.000	118.361	212.031	95.200	-	5.825.592
Lucro Líquido do Semestre	11.3	-	-	-	-	135.052	135.052
Destinação -							
Constituição de Reserva Legal	11.2	-	6.753	-	-	(6.753)	-
Reserva Estatutária	11.3	-	-	128.299	-	(128.299)	-
Dividendos	11.4	-	-	(55.780)	-	-	(55.780)
Juros sobre o Capital	11.4	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.400.000	125.114	284.550	95.200	-	5.904.864
Mutações do Semestre		-	6.753	72.519	-	-	79.272

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações do fluxo de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
Das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	135.052	245.599	262.373
Ajustes ao lucro líquido	390.764	725.939	989.516
Depreciações e amortizações de imobilizado em uso	9.157	15.158	14.348
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	360.389	623.655	782.381
Provisão para contingências	418	709	1.736
Resultado na alienação de imobilizado	25	131	161
Provisão imposto de renda e contribuição social	59.874	80.555	100.884
Provisão imposto de renda e contribuição social diferido	(39.099)	5.731	90.006
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado	525.816	971.538	1.251.889
(Aumento)/ Redução das variações em ativos e passivos	(465.023)	(905.466)	(857.750)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	42.246	30.359	(264.510)
Títulos e valores mobiliários	45.780	143.910	53.663
Operações de crédito	(395.571)	(746.616)	(336.506)
Outros créditos	(128.312)	(159.030)	(233.161)
Outros valores e bens	(35)	490	(570)
Outras obrigações	(29.131)	(174.579)	(76.666)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	60.793	66.072	394.139
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(1.346)	(2.965)	(3.747)
Aplicações Intangível	(61.890)	(77.816)	(350)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(63.236)	(80.781)	(4.097)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(55.780)	(135.966)	(229.623)
Aumento de capital	-	136.561	-
Caixa líquido gerado/(aplicado) em atividades de financiamentos	(55.780)	595	(229.623)
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(58.223)	(14.114)	160.419
Equivalente de caixa no início do semestre/exercício	116.055	71.946	549.843
Equivalente de caixa no fim semestre/exercício	57.832	57.832	710.262
(Redução)/ Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(58.223)	(14.114)	160.419

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, (“Instituição” ou “Crefisa”) é uma instituição financeira privada e independente, constituída em 1964 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), operando basicamente com crédito pessoal sem consignação. Atualmente, a Crefisa atua em todos os Estados do Brasil, com mais de 1.000 pontos de atendimento.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, da Crefisa S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Crefisa S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1. Disponibilidades

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.604/08 e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Instituição estão contemplados abaixo:

a) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre / exercício;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de “ajustes de avaliação patrimonial”;

- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

b) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar.

c) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “A” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

3.4. Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Intangível

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.642/08, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Instituição ou exercidos com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Carta-Circular nº 3.357/08 do BACEN.

3.6. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.535/08, e na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2021;
- **Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 15%.

Em virtude da publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL foi majorada de 15% a 20%, a partir de 1º de março de 2020.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021). A partir de 1º de janeiro de 2022, a alíquota da CSLL retorna ao percentual de 20%.

3.9. Créditos tributários

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 18, incluindo o valor decorrente da majoração da alíquota citada anteriormente.

3.10. Redução de valor recuperável de ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, aprovado pela Resolução CMN no. 3.566/08, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

3.11. Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº. 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.12. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

3.13. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3.14. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário.

Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3.15. Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

3.16. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota explicativa nº 20b.

3.17. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Disponibilidades

Caixa e equivalente de caixa:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e depósitos bancários	57.832	71.946
Aplicações no mercado aberto - posição bancada - Letras do Tesouro Nacional (i)	87.995	638.316
	<u>145.827</u>	<u>710.262</u>

(i) O prazo de vencimento dos títulos que lastreiam as operações compromissadas é de abril de 2022.

4.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros - ligadas	285.806	40.368
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Não ligadas	1.971.033	1.696.509
Total	<u>2.256.839</u>	<u>1.736.877</u>

A carteira é composta por depósitos interfinanceiros, custodiados conforme as determinações do BACEN, remunerados às taxas pós-fixadas e com vencimentos até julho de 2022.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez:

Receita líquida com depósitos interfinanceiros:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendas de aplicações interfinanceiros de liquidez (ne 5.2)	103.792	56.847

5. Instrumentos financeiros

5.1. Títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos de investimentos estão classificadas na categoria “Títulos para negociação” a valor de mercado na cotação do dia, não havendo vencimento e estão compostos como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cotas de fundo de curto prazo	2	3
Cotas de fundo referenciado	51.259	186.439
Cotas de fundo de renda fixa	1.675.679	1.681.272
Letras financeiras do Tesouro (i)	67.801	70.938
Total	<u>1.794.741</u>	<u>1.938.652</u>

(i) Os prazos de vencimento dos títulos variam entre os dias 01 de março de 2022 a 01 de setembro de 2022.

5.2 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Receita líquida com títulos e valores mobiliários:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendas de aplicações interfinanceiros de liquidez	103.792	56.847
Rendas de títulos de renda fixa	81.863	48.225
Total	<u>185.655</u>	<u>105.072</u>

Durante o exercício não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre outras categorias evidenciadas pela Nota Explicativa nº 3.3.

5.2. Operações de crédito

As operações de crédito em 31 de dezembro 2021 e 2020 estão compostas por Empréstimos - Crédito Pessoal Pessoa Física - Setor Privado, Pessoa Jurídica - Outros Créditos com taxas prefixadas e pós-fixadas, atualizadas de acordo com os contratos. Composição das operações de crédito por vencimento das parcelas:

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da carteira de operações de crédito é demonstrada como segue:

a) Por tipo de operação

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados	1.556.218	1.306.540
Outros créditos com característica de concessão	16.318	155.502
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(496.282)</u>	<u>(408.769)</u>
	1.076.254	1.053.273
Ativo não circulante		
Empréstimos e títulos descontados	7.666	157.649
Outros créditos com característica de concessão	103.204	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(49.431)</u>	<u>(157.649)</u>
	61.439	-
Total	<u>1.137.693</u>	<u>1.053.273</u>

b) Por atividade econômica

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Setor privado		
Pessoas físicas	1.563.884	1.464.189
Pessoas jurídicas	<u>119.522</u>	<u>155.502</u>
	1.683.406	1.619.691

c) Por faixa de vencimento

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer:		
Até 30 dias	230.295	232.936
De 31 a 60 dias	222.501	195.709
De 61 a 90 dias	145.971	102.794
De 91 a 180 dias	264.480	233.039
De 181 a 360 dias	175.171	149.349
Acima de 360 dias	<u>110.870</u>	<u>157.649</u>
	1.149.288	1.071.476
Vencidos:		
De 15 a 30 dias	57.232	44.712
De 31 a 60 dias	81.841	62.546
De 61 a 90 dias	60.309	48.526
De 91 a 120 dias	66.457	58.703
De 121 a 150 dias	57.706	67.325
De 151 a 180 dias	46.674	36.871
De 181 a 240 dias	85.068	116.085
De 241 a 300 dias	48.932	74.273
De 301 a 360 dias	<u>29.899</u>	<u>39.174</u>
	534.118	548.215
Total	<u>1.683.406</u>	<u>1.619.691</u>

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos iniciais	566.418	789.265
Baixas contra a provisão	(644.360)	(1.005.228)
Provisão constituída no período	<u>623.655</u>	<u>782.381</u>
Saldos finais	<u><u>545.713</u></u>	<u><u>566.418</u></u>

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2021, as recuperações por recebimento das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como “Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo” no valor de R\$ 175.042 (R\$218.726 em 31 de dezembro de 2020).

De acordo com as Resoluções nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional, a metodologia de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o risco da carteira estava assim distribuído:

Nível de risco	Percentual de provisão	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
A	0,5%	676.012	3.380	690.829	3.454
B	1,0%	74.019	740	49.040	490
C	3,0%	121.207	3.636	80.789	2.424
D	10,0%	96.315	9.632	54.657	5.466
E	30,0%	212.303	84.992	218.960	73.634
F	50,0%	80.424	40.212	67.398	33.699
G	70,0%	66.682	46.677	35.892	25.125
H	100,0%	<u>356.444</u>	<u>356.444</u>	<u>422.126</u>	<u>422.126</u>
Total		<u><u>1.683.406</u></u>	<u><u>545.713</u></u>	<u><u>1.619.691</u></u>	<u><u>566.418</u></u>

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros créditos - diversos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos judiciais (a)	43.586	40.205
Recebimentos diversos (b)	13.739	9.719
Títulos e créditos a receber	8.046	-
IRPJ a compensar	8.404	33.703
CSLL a compensar	5.507	5.266
TECBAN e Saque Pague (c)	399.879	208.336
Adiantamento para pagamento de nossa conta	17.564	-
Outros	1.785	2.180
	<u>498.510</u>	<u>299.409</u>
Circulante	454.924	259.204
Não circulante	43.586	40.205

- (a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais para garantia de processos de natureza cível, tributário e trabalhista;
- (b) Refere-se a recebimentos de operações de crédito ocorridos no final do mês de dezembro e disponíveis nas contas correntes bancárias da Instituição no início do mês subsequente;
- (c) Refere-se à disponibilidade de numerário para clientes, para operações e saques.

7. Ativo não circulante - Permanente

7.1. Composição - Imobilizado

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Imobilizado Líquido</u>	<u>Imobilizado Líquido</u>
Instalações	4.903	(3.021)	1.882	2.371
Mobiliário	1.282	(968)	314	393
Equipamentos de processamento de dados	42.048	(34.207)	7.841	10.005
Equipamentos de comunicação e segurança	4.867	(4.764)	103	175
Outros equipamentos	6.481	(4.203)	2.278	2.847
Terrenos	5.507	-	5.507	5.507
Edificações	2.641	(1.235)	1.406	1.512
	<u>67.729</u>	<u>(48.398)</u>	<u>19.331</u>	<u>22.810</u>

7.2. Movimentação - Imobilizado

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Instalações	4.903	-	-	4.903
Mobiliário	1.298	38	(55)	1.281
Equipamentos de processamento de dados	39.769	2.808	(528)	42.049
Equipamentos de comunicação e segurança	4.863	4	-	4.867
Outros equipamentos	6.539	115	(173)	6.481
Terrenos	5.507	-	-	5.507
Edificações	2.641	-	-	2.641
	<u>65.520</u>	<u>2.965</u>	<u>(756)</u>	<u>67.729</u>

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Composição - Intangível

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Licenças e direitos autorais de uso	18.169	(2.887)	15.282	333
Direito exclusividade ou preferência	60.000	(1.101)	58.899	-
Outros ativos intangíveis	40.414	(38.102)	2.312	7.024
Benfeitorias	3.292	(1.755)	1.537	1.703
Total Intangível	121.875	(43.845)	78.030	9.060

7.4. Movimentação - Intangível

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Licenças e direitos autorais de uso (i)	350	17.819	-	18.169
Direito exclusividade ou preferência (ii)	-	60.000	-	60.000
Outros ativos intangíveis	40.417	-	(3)	40.414
Benfeitorias	3.292	-	-	3.292
Total Intangível	44.059	77.819	(3)	121.875

(i) Refere-se a aquisição de direito de uso de softwares.

(ii) Refere-se basicamente a direito de exclusividade de exploração comercial de produtos financeiros

8. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

A conta “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias” possuía a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	3.103	-
PIS e COFINS - Provisão constituída	9.658	7.957
PIS e COFINS - Parcelamento	54.522	66.291
INSS - Parcelamento	1.807	2.197
Outros	19.331	28.404
Total	88.421	104.849

9. Outras obrigações - Diversas - circulante

A conta “Outras obrigações - diversas” possuía a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros Depósitos	12.973	20.707
Provisão para pagamentos a efetuar - pessoal	1.355	1.245
Outras Despesas Administrativas	84.999	23.375
Honorários Advocatícios	20.000	19.500
Credores Diversos	257	532
Total	119.584	65.359

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outras obrigações - Diversas - não circulante

A Instituição, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza tributária, legal, cível e trabalhista. As provisões decorrentes dessas demandas são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão é revertida.

A composição e movimentação da provisão para demandas judiciais podem ser assim demonstradas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2021</u>
Matéria				
Trabalhista	49.575	3.778	-	53.353
Cível	3.777	2.599	-	6.376
Saldo final	<u>53.352</u>	<u>6.377</u>	-	<u>59.729</u>

Perdas possíveis não provisionadas nas demonstrações contábeis

As demandas judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, podem ser assim demonstradas:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributárias		
IRPJ e CSLL	770	699
Cíveis		
Perdas e danos	426.182	370.159
Trabalhistas		
Reclamação trabalhista	87.183	87.199
Total	<u>514.135</u>	<u>458.057</u>

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 5.400.000 (R\$ 5.100.000 em 31 de dezembro 2020) e está representado por 5.400.000.000 de ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada (5.100.000.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro 2020 de R\$ 1,00 cada).

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 300.000, sendo realizado da seguinte forma R\$ 163.439 pela Reservas de lucros - Estatutárias e R\$ 136.561 juros sobre o capital não distribuído, passando de R\$ 5.100.000 para R\$ 5.400.000, mediante a emissão de 300.000.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 cada. Este aumento foi homologado pelo BACEN em 13 de maio de 2021.

11.2. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando à disposição da Assembleia Geral.

A reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando à disposição da Assembleia Geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi constituído o montante de R\$ 12.280 (R\$ 13.118 em 2020) a título de reserva legal.

O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 125.114 (R\$112.834 em 2020).

11.3. Reserva de retenção de lucros - estatutária

A reserva estatutária é composta pelo saldo remanescente do lucro líquido após destinação do percentual para a reserva legal, ficando à disposição da Assembleia Geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram destinados das reservas estatutárias R\$233.319 (R\$249.255 em 2020) para constituição de reservas especial de lucros.

O saldo de reserva estatutária em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 284.550 (R\$ 445.836 em 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram destinados das reservas estatutárias R\$ 95.200 para constituição de reservas especial de lucros (R\$ 0 em 2020).

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram distribuídos dividendos no montante de R\$119.166 (R\$54.834 em 2020), e pagos a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, o montante de R\$16.800 (R\$276.415 em 2020).

O montante de R\$136.561 de juros sobre capital próprio foi destinado para aumento de capital para a Crefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos.

A Instituição possui como controladora, a holding Crefipar Participações e Empreendimentos S.A.

12. Transações com partes relacionadas

12.1. Transações com controladores (diretas e indiretas)

A Instituição e suas empresas ligadas mantêm transações entre si, e são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/2009. As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos.

A seguir demonstramos o resumo destas transações.

	Ativo		Receita	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidade				
Banco Crefisa S.A.	51.167	62.880	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	285.806	40.368	4.119	1.482
Total	336.973	103.248	4.119	1.482
	Passivo		Despesa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras obrigações - diversas				
Adobe Assessoria de Serviços (a)	60.000	-	458.953	529.268
Toscana Telemarketing e Serv.em Geral (b)	-	3.169	16.900	15.900
Panda Agencia de Publicidade. e Propaganda (c)	-	3.658	1.743	50.842
Crefipar Participações e Empreendimento S.A. (d)	-	136.561	-	-
Banco Crefisa S.A. (e)	47	-	122.384	16.000
Total	60.047	143.388	599.980	612.010

- a) Refere-se a despesas com serviços de atendimento aos clientes, elaboração e análise de cadastro, cobrança, serviços de informática (assistência técnica e compra de equipamentos) e segurança de dados, cessão de espaço para atendimento, publicidade e propaganda e contingências, classificadas em outras despesas administrativas;

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Refere-se a despesas com serviços de call center, atendimento telefônico a clientes, cobrança, SAC e divulgação;
- (c) Refere-se a despesas com serviços de agenciamento com propaganda e publicidade;
- (d) Refere-se a juros sobre capital próprio a pagar;
- (e) Refere-se a despesas de prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira, elaboração de relatórios, gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, comissão de fiança e indicação de clientes.

13. Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesa de água e energia elétrica	1.563	1.404
Despesas com correios e malotes	5.225	3.405
Despesas de comunicações	16.972	484.308
Doações e patrocínios	2.502	104.728
Despesas de manutenção conservação e limpeza	6.634	4.360
Despesas de materiais de escritório	1.656	192
Despesas de prestação de serviços comerciais (i)	262.323	95.952
Despesas de serviços de cobrança	375.452	10.786
Despesas com serviços de manutenção de sistemas	55.335	34.640
Despesas de publicidade e propaganda	125.165	227.854
Despesas de guarda de valores	-	831
Despesas de serviços do sistema financeiro	176.627	120.672
Despesas com assessoria técnica especializada	17.368	28.659
Despesas de execução e acordos judiciais	69.518	49.050
Despesas diversas	8.773	23.793
	<u>1.125.113</u>	<u>1.190.634</u>

(i) Refere-se a serviços prestados pelo Banco Crefisa S.A., com assessoria de financeira.

14. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com ISS	1.581	1.612
Despesas com COFINS	83.119	96.782
Despesas com PIS	13.507	15.727
Despesas com IPTU	375	367
Despesas com Impostos Federais	2.889	2.665
Total	<u>101.471</u>	<u>117.153</u>

15. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento de despesas	24	56
Recuperação de depósitos judiciais	1.290	907
Outras	-	13.896
Encargos moratórios (a)	223.502	340.709
Total	<u>224.816</u>	<u>355.568</u>

a) Refere-se recuperação de créditos de operações em atraso.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outras despesas operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Amortização e depreciação	15.158	14.349
Outras operacionais	5.169	17.203
Multas	-	23.840
Provisões trabalhistas e cíveis	6.376	1.737
Tarifas Mastercard	4.929	3.223
Juros	2.253	2.653
Variação cambial	493	549
Operação cartão pré-pago	7.887	2.823
Outras	775	2.580
Total	<u>43.040</u>	<u>68.957</u>

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Natureza dos Ajustes		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	333.106	454.499
Adições / (exclusões):	<u>(139.503)</u>	<u>(195.350)</u>
Provisão para contingências	2.599	(3.904)
Provisão para Devedores Duvidosos	623.655	782.381
Outras Provisões	4.354	1.874
Perdas Lei 9430/96 - PF	(579.973)	(639.077)
Juros sobre o Capital próprio	(112.000)	(276.415)
Participações sobre o lucro	(1.221)	(1.236)
Incentivos Fiscais	2.502	3.325
Outros	(79.419)	(62.298)
Base de cálculo do IRPJ	<u>193.603</u>	<u>259.149</u>
Imposto de renda apurado	48.377	64.763
Incentivos fiscais de dedução	(1.987)	(2.752)
Imposto de renda apurado	<u>46.390</u>	<u>62.011</u>
Base de cálculo da CSLL	<u>193.603</u>	<u>259.149</u>
Contribuição social apurada	34.165	38.873
Total IRPJ e CSLL apurado	<u>80.555</u>	<u>100.884</u>
IRPJ - Estimativa	(47.920)	(95.714)
CSLL - Estimativa	(31.061)	(44.138)
Total IRPJ e CSLL devido / a compensar	<u>1.574</u>	<u>(38.968)</u>

18. Ativo diferido IRPJ e CSLL

Em 31 de dezembro de 2021 a Instituição constituiu crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor total de R\$ 242.177 (247.908 em 2020).

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo da constituição do crédito foi adequar as melhores práticas contábeis, visando o equilíbrio das contas de resultado versus contas patrimoniais, e demonstrando de forma clara e efetiva a transparência nas demonstrações contábeis.

(a) Composição do ativo diferido:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para contingências Trabalhistas	53.353	49.575
Provisão para Devedores Duvidosos	545.713	566.418
Provisão Contingências Cíveis	6.376	3.777
Base de cálculo	<u>605.442</u>	<u>619.770</u>
Cálculo:		
CSLL - 15%	90.816	92.966
IRPJ - 25%	151.361	154.942
Total saldo do crédito tributário	<u>242.177</u>	<u>247.908</u>

- (a) Conforme histórico da área jurídica, os processos judiciais demandam em média 4 anos para finalização, considerando algumas variáveis, tais como acordos judiciais, regiões onde se questionam os processos, tendências jurisprudenciais, entre outros.
- (b) Os contratos firmados com os clientes possuem fluxo de pagamento médio de 12 parcelas, associado às regras da Resolução nº 2.682/99 do CMN, pode-se concluir, conservadoramente, que a totalidade da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será revertida à prejuízo no prazo máximo de 2 anos.

(b) Movimentação da composição do ativo diferido:

	Saldos em 31/12/2020	Movimentações		Saldos em 31/12/2021
		Constituições	Realizações/ Baixas/ Transferências	
Provisão para contingências Trabalhistas	49.575	3.778	-	53.353
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito s	566.418	623.655	(644.360)	545.713
Provisão Contingências Cíveis	3.777	2.599	-	6.376
Total	<u>619.770</u>	<u>630.032</u>	<u>(644.360)</u>	<u>605.442</u>

O valor presente desses créditos tributários, calculado utilizando a taxa média SELIC em 11,55% é R\$ 217.199.

(c) Expectativa de realização do ativo diferido

O crédito tributário da Instituição em 31 de dezembro de 2021 representado por diferenças temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para demandas judiciais, possuem a seguinte expectativa de realização:

<u>Base</u>	<u>R\$</u>	<u>Expectativa de realização</u>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	218.285	24 meses
Provisão para contingências trabalhistas	21.341	20 meses
Provisão para contingências cíveis	2.551	21 meses
Total	242.177	

19. Comitê de remuneração

A Instituição adota apenas remuneração fixa para seus administradores, e não concede planos de benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios ao longo prazo e remuneração baseada em ações para diretoria e a administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos a título de honorários de diretoria o valor de R\$ 5.234 (R\$ 4.172 em 2020).

Possui Comitê de remuneração com as seguintes atribuições:

- Elaborar, supervisionar e operacionalizar a política de remuneração dos administradores;
- Avaliar cenários futuros, internos e externos e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração;
- Zelar para que a política de remuneração esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição; e
- Seguir a lei e a regulamentação aplicável.

20. Gerenciamento de Riscos e de Capital

Gerenciamento de Riscos

Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial Crefisa, que compreende a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos e o Banco Crefisa S/A, possui estrutura de gerenciamento de riscos, segregada das áreas de negócios, compatível com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por metodologias, políticas e procedimentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os principais riscos que o Conglomerado está exposto, em acordo com os níveis descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos, desempenhando importante papel para seu crescimento sustentável.

Assim como é fundamental o gerenciamento individualizado de cada risco, também se avalia o impacto da interação entre os riscos, de modo a combinar a rentabilidade das operações com níveis de riscos, dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela alta administração.

Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e de continuidade dos negócios) conforme o modo de mensuração de sua exposição.

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado ao não cumprimento, pelo tomador do recurso, de suas obrigações nos termos pactuados; à redução de remunerações ou ganhos esperados em operações de crédito; à reestruturação de instrumentos financeiros; ou aos custos para recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Mercado e IRRBB

O risco de mercado tem origem na flutuação das taxas de juros e das cotações de moeda na carteira de negociação; já o IRRBB vem do impacto de movimentos adversos das taxas de juros na carteira bancária.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez vem da possibilidade da instituição não ser capaz de honrar suas obrigações sem comprometer seu caixa ou de negociar seus ativos a preço de mercado sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional

O risco operacional está associado à falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos que impactem o alcance dos objetivos da instituição.

Risco Socioambiental

O risco socioambiental vem da possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais e seus efeitos em outros riscos.

Risco de Continuidade de Negócios

O risco de continuidade de negócios tem origem na interrupção de serviços relevantes para o Conglomerado. O gerenciamento de continuidade de negócios fornece alicerces para que a instituição seja capaz de responder eficazmente a essas situações, de modo a salvaguardar suas atividades, estabelecendo estratégias para permitir a recuperação de dados e sistemas dentro de um prazo aceitável.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do Conglomerado tem o objetivo de estabelecer uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações da instituição, de acordo com seu plano estratégico, através de um processo contínuo de monitoramento e controle da sua suficiência, suportado por governança que estabelece diretrizes para assegurar a adequação aos limites regulatórios.

O índice de suficiência do capital é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, tendo como instituição líder a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimento. O Índice de Basileia apurado em 31 de dezembro de 2021 foi 60,9% e o Índice de Imobilização foi de 0,65%.

Adicionalmente, para fazer frente aos riscos assumidos para o cumprimento dos seus objetivos estratégicos e, em linha com a regulação vigente, o Conglomerado elabora anualmente plano de capital para os próximos três anos, considerando projeções de crescimento da sua carteira de crédito e demais ativos. Durante o 2º semestre de 2021 o plano se mostrou aderente à estratégia da instituição.

Complementarmente, avalia-se a suficiência de capital em cenários de estresse para os principais riscos que a instituição está exposta. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de suficiência de capital ficou em 41,2%, mostrando que o Conglomerado está preparado para momentos de estresse.

Além disso, o Conglomerado também avalia a suficiência de capital considerando o impacto de diversas combinações de cenários de choques paralelos pré-definidos nas taxas de juros da carteira bancária, onde o índice na mesma data base ficou em 50,1%.

O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br

21. Outros assuntos

(a) Efeitos do Coronavírus nas demonstrações contábeis

A Administração da Instituição tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro.

Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais à Instituição está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Instituição, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos.

No semestre foram fechadas 30 lojas e adotamos medidas restritivas de circulação de pessoas e funcionamento de estabelecimentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como consequência, o volume de operações sofreu uma queda da ordem de 1% no geral, e aumento em novos clientes da ordem de 864% em comparação como o mesmo período do ano anterior.

Observamos uma queda na carteira de crédito da ordem de 19%, com o indicador de inadimplência mantendo-se alto.

A Administração fez uso de benefícios tributários disponibilizados pelo Governo Federal, a fim de mitigar possíveis impactos nas demonstrações contábeis.

Por consequência da pandemia e todas as restrições que foram impostas no país, no primeiro semestre de 2021 tivemos uma redução sensível em nossas operações.

Em caráter de prevenção foram adotadas algumas medidas como, renegociações dívidas com clientes nos prazos, alteração das taxas de juros.

Tais medidas de forma positiva reduziram a inadimplência das operações.

Também adotamos medidas preventivas como trabalho Home Office com rodízio de horários e jornada de trabalho, sem a necessidade de demissões, redução salarial e corte de benefícios.

(b) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB n°. 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição. Nosso resultado contábil no semestre findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 245.599 e (R\$ 262.373 em 2020) líquido de impostos, sem a existência de resultados não recorrentes.

(c) Termo de Compromisso

Foi celebrado em 1º de dezembro de 2020 Termo de Compromisso com o Banco Central do Brasil para cessação e correção das práticas sob investigação no PE n 162300, não importando em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento da ilicitude das condutas analisadas no âmbito do processo.

As práticas, que foram cessadas em 08 de fevereiro de 2018, se referem à utilização de taxas não previstas em contrato para o cálculo do valor presente nos eventos de amortização ou liquidação antecipadas de operações de crédito pessoal e à cobrança, de maneira cumulativa, de juros remuneratórios e correção monetária de parcelas em atraso nos contratos de empréstimos pessoal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Instituição obrigou-se a devolver aos clientes adimplentes e a compensar nas dívidas dos clientes inadimplentes os valores referentes à utilização de taxas não previstas em contrato para cálculo do valor presente, que ocorreu em 3.337.928 contratos de 1.050.903 clientes, entre 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2017, no montante total de R\$138.487. O prazo para realizar essas compensações ou devoluções é de 36 meses, a contar de 1 de dezembro de 2020.

Também obrigou-se a devolver aos clientes adimplentes e a compensar nas dívidas dos clientes inadimplentes os valores referentes à cobrança, de maneira cumulativa, de juros remuneratórios e correção monetária de parcelas em atraso nos contratos de empréstimo pessoal, que ocorreu em 43.661 contratos de 40.115 clientes, entre 1º de setembro de 2017 a 07 de novembro de 2018, no montante total de R\$ 60. O prazo para realizar essas compensações ou devoluções é de 6 meses, a contar de 1º de dezembro de 2020.

Adicionalmente, a Instituição obrigou-se a pagar contribuição pecuniária ao Banco Central no valor de R\$1.800, importância que já foi quitada. Portanto, o Termo de Compromisso tem um longo prazo de duração, ou seja, deverá ser cumprido pela instituição até 31 de dezembro de 2023, e só serão pagos valores que não puderem ser compensados com as dívidas dos clientes, que serão apuradas no decorrer desse prazo.

A Administração está apurando os montantes para compensação e provisão em virtude do termo firmado.

22. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes que merecessem qualquer menção no respectivo relatório e/ou que pudessem alterar ou impactar os saldos das demonstrações contábeis.

Leila Mejdalani Pereira
Diretora Presidente

José Roberto Lamacchia
Diretor Superintendente

Celita Rosenthal Boraks
Diretora

Ivan Dumont Silva
Diretor

Alexandre Pinelli
Diretor

Márcio Felipini
Contador-TC- CRC 197.370/O-2/